

IDEOLOGIA ESPACIAL E UFANIA EDÊNICA

SPATIAL IDEOLOGY AND EDENIC JINGOISM

Gilvan Charles Cerqueira de ARAÚJO¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a importância da ideologia na composição das teorias sociais, políticas e científicas. O percurso efetuado para tal proposta se dá por meio da exposição inicial do conceito de ideologia, passando por sua infiltração nos paradigmas científicos e visões de mundo dos seus representantes e, por fim, no direcionamento da ideologia espacial no âmbito da ciência geográfica, tendo o a ufanía edênica e territorial como ilustração analítica.

Palavras-chave: Ideologia Espacial; Edenismo; Pensamento Geográfico.

Abstract: This paper has as goal to discuss the importance of ideology in the composition of social, political and scientific theories. The course of this proposal is based on the initial exposition of the concept of ideology, including its infiltration in the scientific paradigms and world views of its representatives, and, finally, in the direction of spatial ideology in the core of geographic science, having the edeníc and territorial jingoism as an analytical illustration.

Keywords: Spatial Ideology; Edenism; Geographical Thought.

Introdução

O estudo aqui apresentado fez parte, originalmente, da tese intitulada *Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)* defendida em 2016, pela Universidade Estadual Paulista – Unesp, campus de Rio Claro\SP. Esta versão, aumentada e alterada para o formatado atual, trata da questão da ideologia espacial no pensamento geográfico, tendo como caso explorado o edenismo. A ufanía territorial como ideologia espacial é perene na história da formação socioespacial brasileira, trazendo ainda mais espessura de contexto ideológico aos desdobramentos ideológicos presentes nos trabalhos e estudos das ciências.

O debate envolvendo a ideologia é inerente ao pensar e fazer ciência, especialmente quando colocamos diante dos paradigmas, conceitos, categorias e práticas científicas os limites que tais prerrogativas tanto elaboram como se baseiam em seus avanços, refutações e desenvolvimentos. Os argumentos desenvolvidos no artigo partem dos conceitos basais sobre a ideologia, para então se chegar ao encontro da espacialidade como parte e fundamento ideológico, especialmente no que tange ao pensamento geográfico.

Sobre a ideologia

Ao tratarmos do termo ideologia, é importante que façamos um desmembramento do seu significado, para que, assim, possamos operacionalizá-lo melhor em sua correlação com os argumentos expostos neste trabalho, que permeiam a questão do edenismo territorial brasileiro como ideologia espacial. O verbete ideologia, assim, configura-se enquanto junção

¹ Doutor em Geografia pela Unesp, campus de Rio Claro\SP. Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: gcc99@gmail.com

de duas repartições semânticas distintas, quais sejam, ideia (ιδέα) e logia, derivado terminológico de logos (λόγος) (ARANHA; MARTINS, 1998; 2003).

Ideia, em primeiro lugar, advém de eidos, do grego, que remete à significação de imagem, ou seja, trata da noção do conceito ou representação do real em uma síntese efetuada pela ideação da realidade, de forma total ou parcial, na conformação de inúmeras representações (ideias) do mundo a partir dos elementos que o compõem.

Logia, por sua vez, ou logo, também tem sua origem no grego, inicialmente significando palavra, mas sendo, com o tempo, elevada a sinônimo de razão, ou racionalidade. Esta transformação fez com que o termo fosse utilizado como referência pelos antigos filósofos na busca pela verdade, na construção de linguagens que permitissem o desvelamento dos fenômenos da realidade (CHAUÍ, 1999). Ainda sobre a noção de logos, a filósofa Marilena Chauí (1999) complementa:

Logos é a palavra racional em que se exprime o pensamento que conhece o real. É discurso (ou seja, argumento e prova), pensamento (ou seja, raciocínio e demonstração) e realidade, ou seja, as coisas e os nexos e as ligações universais e necessárias entre os seres. Logos é a palavra-pensamento compartilhada: diálogo; é a palavra-pensamento verdadeira: lógica; é a palavra-conhecimento de alguma coisa: o 'logia' que colocamos no final de palavras como cosmologia, mitologia, teologia, ontologia, biologia, psicologia, sociologia, antropologia, tecnologia, filologia, farmacologia, etc. [...] as palavras são conceitos ou ideias, estando referidas ao pensamento, à razão e à verdade", (CHAUÍ, 1999, p. 149-150).

A explicação de Chauí é esclarecedora em relação a muitas das aplicações do sufixo logia, principalmente quando remetem a campos do saber, como citado pela autora. Utilizado desta maneira, o logos expande-se para praticamente todas as formações de linguagem de explicação, interpretação e de propostas de compreensão dos fenômenos da realidade, emanando, assim, um longínquo nicho de repartições do conhecimento.

Voltando à união dos termos na estruturação da palavra ideologia, observamos a sua complexidade ainda maior, na medida em que, ao mesmo tempo em que residem em seu significado as múltiplas formas de representação eidéticas do mundo, também erige a partir de si uma expansão do seu alcance em fronteiras praticamente ilimitadas. Tendo isso em vista, Eagleton (1997), elencou as principais definições e possibilidades de aplicação do termo:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- e) comunicação sistematicamente distorcida;
- f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;

p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. (EAGLETON, 1997, p. 15-16).

A multiplicidade de direcionamentos, tanto de compreensão como operacionalização, do conceito de ideologia é, portanto, muito ampla, e especialmente complexa. Desde o corpo de ideias de uma classe social (b) até à noção de visão de mundo (k), esta tentativa de compilação dos significados do termo oferece-nos alguns caminhos para determinar sua importância para além das fronteiras de sua significação. Seguindo a mesma metodologia de explanação de Eagleton (1997), Sergio Fajardo (2008) lista algumas características que constituem os porquês ideológicos, com definições e propostas de entendimento sobre o conceito:

- Ponto de vista do conhecimento objetivado:

Ideologia seria deturpação da realidade em nível excessivo. No conhecimento ideológico, predomina a parte justificadora sobre a argumentativa. No caso extremo pode-se chegar à mentira e à falsificação consciente e premeditada da realidade.

- Ponto de vista da prática:

Ideologia seria uma falsa consciência no sentido de escamotear os reais conflitos, o caráter impositivo do grupo dominante e sua exploração dos dominados, as mudanças históricas necessárias, etc.

- Ponto de vista dos movimentos sociais:

Ideologia constitui um instrumento de coesão dos grupos e das classes, à medida que elabora “ideias-força” que fundamentem uma crença comum, um compromisso mútuo e o entusiasmo do movimento.

- Ponto de vista dos desiguais:

Ideologia vista em duas direções: vinda de cima aparece como convencimento da legitimidade das atuais estruturas do poder. Vinda de baixo pode ser a formulação teórica e prática da contra-ideologia, com vistas a subverter as relações de poder. (FAJARDO, 2008, p. 5).

Fajardo (2008) faz, ainda, uma síntese definindo ideologia como conjunto ou sistema de ideias: “Em um sentido comum a definição de ideologia aponta para um conjunto ou sistema de idéias de um indivíduo ou grupo.” Outro ponto muito interessante levantado pelo autor é a dualidade da essência da ideologia, que, em sendo um conjunto de ideais ou sistemas de conceitos, pode ser utilizada tanto para o esclarecimento dos fatos e fenômenos da realidade como para seu falseamento: “A partir dessa consideração resta saber como esse conjunto de ideias funcionaria ao efetivar uma espécie assimilação de princípios que podem ser compreendidos como consciência ou falsa consciência.” (FAJARDO, 2008, p. 1).

Eagleton (1997), novamente, complementa estas colocações com outra proposta de síntese deste conceito: “A palavra ‘ideologia’ é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais.” Justamente por essa diversidade em sua composição, o aspecto geral da essência das ideologias, segundo o autor, “[...] é traçado por divergentes históricas, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.” (EAGLETON, 1997, p. 15).

A ideologia, neste caso, colocada como *texto* construído a respeito de uma determinada realidade, é inevitavelmente afetada pelo *contexto* no qual os membros responsáveis pela elaboração desta forma de pensamento, linguagem, e/ou agrupamento de proposições concretas e abstratas do mundo estão inseridos. Desta premissa é que surgem as intenções dos discursos ideológicos, algo inerente à própria construção das ideias ou da

composição do logos; o caráter persuasivo da ideologia está enraizado em sua própria condição de existência, pois, enquanto proposta de visão de mundo, quando em estado de não alcance dominante em determinada sociedade, dá lugar a outra forma de pensamento vigente, num percurso histórico de situação e oposição ideológicas constantes:

A situação ideal de discurso seria uma situação inteiramente livre de dominação, na qual todos os participantes teriam chances simetricamente iguais de selecionar e exhibir atos discursivos. A persuasão dependeria apenas da força do melhor argumento, não de retórica, autoridade, sanções coercitivas etc. Esse modelo nada mais é que um dispositivo heurístico ou ficção necessária, mas está implícito, em certo sentido, mesmo em nossos trâmites verbais comuns e irregenerados. (EAGLETON, 1997, p. 119).

E, como o próprio Eagleton afirma, não há uma situação de idealidade em relação à ideologia, porque é inata às sociedades humanas a construção de sistemas de valores, estruturas morais de convívio coletivo, estabelecimento de ritos e costumes, etc. Esta é, inclusive, a opinião do geógrafo Fadel Antonio Filho (1999), quando, ainda que sem mencionar a palavra ideologia, disserta sobre a noção de *visão de mundo*, que pode ser expandida em uma possibilidade de modulação ideológica, quando os interesses e poderes estabelecem qual destes *conjuntos* de características de uma sociedade num determinado recorte espaço-temporal tomará posição de dominância:

Essa imperiosa necessidade de compreender, conhecer, entender e explicar a realidade leva a razão humana a criar ideias, valores ‘modelos’ e formas de pensar o mundo e as relações ali estabelecidas, originando as ‘visões de mundo’, arcabouço ou base de existência dos indivíduos que compõem um grupo social, unidos por interesses e destino comuns. A filosofia adjacente nessas formas de pensar ou visões de mundo em geral extrapolam a simples necessidade de compreender, conhecer e explicar a realidade. (ANTONIO FILHO, 1999, p. 1).

Em conformidade com Antonio Filho (1999), Lowy (2008) argumenta que: “As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a social do mundo; utópicas, quando tivessem função crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente.” (LÖWY, 2008, p. 14).

Conforme será elucidado mais a frente, é preciso abstrair o entendimento do conceito de ideologia para além de seu significado contemporâneo mais difundido, qual seja, o da luta de classes – embasada principalmente na teoria marxista e suas reinterpretações mais ortodoxas –, pois ideologia, em sentido amplo, é esta totalidade na forma de se encarar a realidade, gerando uma *leitura* do mundo calcada neste *texto*, que é o real, pelas lentes do extrato cultural (contexto) do qual fazemos parte:

De qualquer maneira, todas as formas de ‘ler’ ou interpretar o mundo são tentativas de se conhecer, compreender, entender e explicar a realidade. Quem conseguir traduzir de maneira mais completa e satisfatória os fenômenos, mais se aproximará da realidade e mais autêntica e verdadeira será esta forma de pensar. Explicar a totalidade do mundo é praticamente impossível, pois demandaria um esforço incomensurável, tal a complexidade e o número exponencial de variáveis envolvidas. Precisariamos dominar todo o conhecimento, do micro e do macrocosmos e ainda ser capaz de entender e explicar todas as nuances dos fenômenos e a totalidade dos

elementos, objetos e fatos da existência. Assim, as diversas formas de ‘visão do mundo’ que procuram interpretar a realidade sempre serão parciais ou provisórias. Com efeito, algumas se aproximam, enquanto outras se afastam da verdadeira realidade, do mundo palpável, concreto e mensurável, dimensional e energético, compartilhado e temporal. (ANTONIO FILHO, 1999, p. 2).

É a partir disso que surge a multiplicidade de interpretações do mundo. Independente das contribuições científicas, políticas, econômicas e culturais, todas elas, seja as que se colocam num patamar de maior distanciamento do padrão moral estabelecido, seja as que estão inseridas de forma mais profunda em relações de poder, por exemplo, possuem, direta ou indiretamente, algum traço ideológico do seu tempo. Esta riqueza das visões de mundo, cultura, ideologias, padrões morais, etc, dominantes, dominadas, antagônicas ou harmoniosas, serão tanto mais amplas quanto mais complexas forem as organizações e instituições sociais, e seus traços foram, são e ainda serão permeados por esta característica nata que as define.

Próximo à expressão *visão de mundo* utilizada por Antonio Filho (1999), Alfredo Bosi (1995) destaca que estas representações e interpretações da realidade criam as linguagens – também próximo à *leitura* proposta pelo geógrafo – sobre o mundo. A principal diferença, portanto, da noção de ideologia propriamente dita para a de cultura, a visão de mundo, as obras de arte, etc., é que a sua inserção está em todas as outras, já que nela e a partir dela as relações sociais, que são relações de poder, estabelecem a dinâmica de existência das sociedades humanas:

Se a ideologia está na obra de arte como a sombra das nuvens recobrando ou encobrando o azul do céu, há, no entanto, uma esfera de significados e valores na qual a ideologia se assenta no centro mesmo do lócus discursivo. Essa esfera é a da linguagem política: linguagem que quer chegar ao poder ou conservá-lo. Mundo da persuasão, mundo animado pela vontade e tão-só pela vontade. [...] O poder de difusão de uma ideologia é proporcional ao seu grau de utilização social. (BOSI, 1995, p. 280-281).

Paul Ricoeur, por sua vez, aborda a complexidade e amplitude da ideologia como categoria de análise social de grande aplicação em diferentes casos e situações. Segundo o autor, é possível observar e analisar as nuances ideológicas em vários aspectos de nossa vida cotidiana e diferentes intervenções por empresas, o Estado e grupos hegemônicos:

[...] o nível epistemológico da ideologia é o da opinião, da doxa dos gregos. Ou, se preferimos a terminologia freudiana, é o momento da racionalização. É por isso que ela se exprime preferencialmente por meio de máximos, de slogans, de fórmulas lapidares. Também é por isso que nada é mais próximo da retórica – arte do provável e do persuasivo – que a ideologia. (RICOEUR, 1988, p. 69).

Além desta concepção de ideologia enquanto visões de mundo, há uma das mais consagradas, refutadas e aplicadas concepções do termo, que é a marxista, fundamentada no método histórico e dialético. Segundo o próprio Karl Marx, sua fundamentação para a noção de ideologia inseria-se no trajeto filosófico da ideação teórica para a ação na realidade objetiva: “[...] ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (MARX, 2007, p. 83).

A ideologia, neste caso, relegada ao modo de produção capitalista, seria composta por um processo histórico relacionado ao velamento do real, em prol da manutenção das diretrizes e interesses da economia política do capital, a mais valia e a exploração máxima da força de trabalho. Para o filósofo alemão, os *indivíduos reais* seriam os responsáveis pela superação social, histórica e econômica deste padrão ideológico: “Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta de seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico” (MARX, 2007, p. 94).

Esta é a essência do materialismo histórico e dialético, base fundamental da filosofia marxista, ou seja, a ação crítica e de mudança no mundo real pela sociedade, a produção e reificação da história, superando os ditames do Estado e dos detentores dos bens de capital: “[...] tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86). Em resumo, produz-se a própria ação, os indivíduos constroem a história em seu embate e vivência no mundo real, desvelando materialisticamente as ideologias que os cercam: “[...] os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 93).

Podemos relacionar as reflexões de Marx às de Karl Mannheim (1972) quando se refere à ideologia particular, voltada para os casos mais psicológicos e individuais, e à ideologia total, que, segundo o autor, não diz respeito “[...] a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes” (MANNHEIM, 1972, p. 83) – além do sentido mais marxista de fato, da transgressão dos sistemas ideológicos pela união das coletividades em direção ao enfrentamento e superação do modo de produção vigente e dominante: “Estas pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação” (MANNHEIM, 1972, p. 32.). O ciclo da transformação social, cuja primeira fase é o Socialismo, para se chegar, posteriormente, ao Comunismo, é um ótimo exemplo do caminho utópico da filosofia marxista e materialismo histórico e dialético.

Muitas adaptações e expansões da filosofia marxista chegaram à contemporaneidade. Em síntese, busca-se modular as conceituações, teorizações e categorias do método histórico e dialético para a construção de uma *utopia alcançável*, estruturada a partir da superação das representações ideológica hegemônicas: “[...] somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem a se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento” (MANNHEIM, 1972, p. 216).

Em suma, um processo de transformação efetiva da realidade em que vivemos seria engendrado: “[...] o processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade” (LÖWY, 2008, p. 32). Outros autores teorizaram e ofereceram novos horizontes para o marxismo, em campos como Educação, Antropologia, História e Economia, sempre primando em manter os aspectos gerais e fundamentais da noção marxista sobre a ideologia.

A partir do que foi exposto até aqui chega-se ao ponto de inserção necessária da ciência e do conhecimento científico neste debate. Esta observação precisa ser feita na medida em que existem representantes do pensamento filosófico e científico que colocam essa questão em discussão, ora de uma maneira mais branda, ora em termos mais incisivos.

O ideologismo científico

A ciência como ideologia, também chamada, por vezes, de cientificismo, conjuntamente com o mito da neutralidade, e a não consideração de todos os aspectos ideológicos pertencentes à sociedade já levantados na produção do saber, são alguns dos pontos tocados por estes estudos. Começamos, então, com uma das posições mais áspers sobre o tema, vinda do filósofo Hilton Japiassu (1977), em alinhamento com outros autores, para que depois apresentemos uma possibilidade mais ampla e abrangente da ideologia em sua relação com a ciência. Vejamos, então, nas palavras do autor, o seu posicionamento no debate:

Falar das “máscaras da ciência”, é falar de seus anteparos ideológicos e interrogar-nos, ao mesmo tempo, sobre o sentido da ciência, sobre seu sentido profundo e real, que se oculta por detrás de suas significações aparentes. Sabemos que sua significação aparente encontra-se, quer nas intenções subjetivas dos próprios cientistas, cuja preocupação fundamental seria a busca do conhecimento, quer nas intenções dos que promovem e elaboram a chamada política científica, tendo em vista, em última análise, como decorrência do aumento de produção de conhecimentos, o aumento de produção de bens. (JAPIASSU, 1977, p. 13).

Este posicionamento crítico sobre a problemática ideológica na produção do conhecimento, expresso no uso do termo máscaras, é observado em outros autores também filósofos, como Marilena Chauí (1999), e geógrafos, como Yves Lacoste (2007) e Ruy Moreira (1978), dentre outros. É importante lembrar que o uso da palavra máscara vai além do sentido de falseamento da realidade. Neste caso, o seu significado se aproxima muito mais de uma proposta de internacionalismo do conhecimento em relação a algum aspecto da realidade, do que necessariamente a reversão da sua veracidade, apesar de que tal recurso também pode ser utilizado pelo ideologismo científico, conforme reforçado, ainda, por Japiassu:

Estaríamos condenados a ficar presos aos sortilégios cúmplices da organização científica, submetendo-nos sempre mais às astúcias de seu controle insidioso, a ponto de instalar-nos, sem possibilidades de resistência, numa tecnatura incessantemente aperfeiçoada? Portanto, falar das “máscaras da ciência”, é duvidar que a mitologia cientificista, que fez, do progresso indefinido da ciência, o motor incansável da felicidade humana, tenha a garantia de não se sabe que verdade revelada para continuar a ludibriar o homem quanto ao sentido que possa conferir à sua existência. (JAPIASSU, 1977, p. 13).

Outros autores tratam desta presença, influência e até dependência da sociedade contemporânea em relação à racionalidade e ao saber científico. Japiassu (1977) faz uso do termo *tecnatura*, enquanto Chauí (1999) trabalha com a ideia de cientificismo para tratar da mesma discussão: “O cientificismo é a crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, que, de fato, conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como esta é em si mesma.” (CHAUÍ, 1999, p. 280).

Em outras palavras, as duas terminologias crescem em crítica e ponderações sobre o fator ideológico na ciência: “Ideologia da ciência: crença no progresso e na evolução dos conhecimentos que, um dia, explicarão totalmente a realidade e permitirão manipulá-la

tecnicamente, sem limites para a ação humana” (CHAUI, 1999, p. 280). Em um grau ainda mais crítico, Japiassu (1977) afirma que:

No mundo atual, o cientista é ao mesmo tempo um precioso capital, um grande investimento cuja rentabilidade precisa ser assegurada, uma moeda de troca, uma imagem de marca nacional ou ideológica. Num certo sentido, sua função teatralizou-se. Ele passa a ser um iceberg flutuando sobre o oceano de nossas incertezas, de nossas ignorâncias. Sem dúvida, a parte oculta de seu trabalho só justifica o estatuto privilegiado que lhe reconhecemos, mas ele não pode permanecer estranho à “sociedade do espetáculo”. Na verdade, saiu da ficção neutralista. E, com ele, a ciência. (JAPIASSU, 1977, p. 14).

E, em sendo o conhecimento científico produzido no interior de um contexto específico, é que a importante passagem de Japiassu (1977) ganha destaque, pois o alinhamento dos interesses políticos, dos investimentos econômicos de grande escala em pesquisas, e notoriedade social alcançada pela chancela científica atualmente fazem com que este cenário, apontado pelo autor, não esteja distante da realidade vista e vivida na relação entre a ciência e a influência de ideologia em suas contribuições.

Percebe-se, igualmente, a preocupação colocada pelo autor em relação a dois aspectos que sobressaem na dualidade ciência/ideologia, que são a teatralidade (espetáculo) e a funcionalização do saber. No primeiro ponto, a dualidade ocorre pela própria configuração de circulação massiva de informação no mundo contemporâneo, e, como os postulados científicos muitas vezes são tomados como estandartes de vanguarda para a sociedade moderna, não há surpresa com a inserção das teorias, descobertas, apontamentos e debates científicos nesta lógica informacional. Em relação à funcionalização – que diz respeito às ideologias geográficas, ou seja, quando há uma clara inclinação funcional no saber científico em detrimento de um interesse, objetivo, alinhamento político, cultural ou econômico, como ocorrido na ciência geográfica, por exemplo, ao longo do seu desenvolvimento histórico (LACOSTE, 2007) – esta será melhor explorada mais adiante.

Por estas razões, o cientificismo, em sendo a expressão máxima do uso da ciência como frente ideológica de referência social, necessita estar fundado num direcionamento de funcionalização social, como é o caso do discurso do progresso, que dura já séculos de desenvolvimento na razão ocidental, como foi o caso da evolução técnica e científica das grandes navegações, e seu respaldo no imaginário edênico medieval.

Na esteira das importantes considerações de Hilton Japiassu (1977), um dos pontos mais importantes a respeito da ideologia, que se pretende utilizar como norteador argumentativo e analítico neste trabalho, é o seu caráter de não necessariamente ter uma estrutura de falsidade em sua explanação da realidade, mas de estrutura de uma visão de mundo, que abarca, utiliza e simboliza a realidade, como o caso do edenismo reificado nos anos republicanos do Brasil – considerando, logicamente, a ampla exploração econômica desta representação ufanista do território brasileiro.

Essa ressalva é importante pelo fato de, conforme será exposto logo adiante, a teoria e a ideologia se confundirem, e, muitas vezes, a segunda sobrepor a primeira na distorção da realidade para que se encaixe em suas prerrogativas, como ocorreu e ainda ocorre na história do pensamento científico e filosófico (ZIZEK, 1996). Essa modulação de entendimento da ideologia ganhou força a partir do século XIX, com o advento do marxismo, na concepção do teor ideológico como a intencionalidade de velamento da fenomenicidade do real a partir de uma determinada funcionalidade específica atribuída a esta ideologia:

Embora a imbricação ciência-ideologia tenha sido consolidada claramente com a emergência da ciência positivista, a preocupação dos cientistas em relação ao conteúdo ideológico das pesquisas realizadas só ganhou relevância, no âmbito acadêmico, a partir do século XX, sobretudo na segunda metade. No entanto, a prática científica parece ignorar esse desenvolvimento. Para muitos pesquisadores, tudo se passa como se a ideologia fosse apenas um jogo de ocultação da classe dominante sobre os dominados. O fenômeno é explicado por seus motivos conscientes ou inconscientes de seus agentes, incidindo assim no funcionalismo ingênuo. Nesse sentido, costuma-se enfatizar o hiato entre ideologia e realidade, em que ideologia não constitui uma estilização, mas uma inversão da realidade. Os mecanismos que permitem a reprodução ideológica não são considerados como explicativos em relação ao como são operados no consciente coletivo, mas apenas relativos a sua forma no metabolismo social. Para Debrun (1989), essa ocultação face aos mecanismos ideológicos está ligada a duas explicações: a primeira, inteiramente conceitual, é de que a ideologia é definida exclusivamente como ideologia da classe dominante; o trabalho pelo qual a ideologia se torna dominante passa despercebido. A segunda explicação, ligada ao método, é de que a ideologia é concebida no campo prático a partir do ator social, tornando-se o “pivô das operações ideológicas”; o problema, aqui, é que noções como “instância ideológica” e “modo de produção ideológico” são totalmente deixadas de lado na análise de exemplos concretos de ocultação ideológica. (GODOY, 2011, p. 70-71).

A força deste posicionamento sobre a ideologia encontra ainda maior eco quando direcionado às ciências humanas, pois, nestes casos, a proximidade das proposições teóricas com o contexto de elaboração dos mesmos é consideravelmente maior do que em relação às ciências da natureza, embora estas também perpetuem o mesmo processo de influência ideológica em seus postulados.

O mais claro exemplo desta “instância ideológica” levantada por Godoy (2011) é a propagação da economia política fundada no capitalismo, que remonta desde o mercantilismo clássico, pois, na aliança entre a ascensão da classe burguesa e o desenvolvimento técnico e científico, estavam postos os pilares de toda uma meta-teoria de orientação dos rumos da sociedade ocidental, no evidente exercício da câmara escura ideológica, lançando mão até mesmo da inversão da realidade para seu encaixe nos interesses dos arquétipos ideológicos de dominação supraestrutural, como ocorrido nos períodos do colonialismo e imperialismo, e, mais recentemente, na renovação do liberalismo econômico no século XX (BOSI, 1995).

Ainda sobre a economia política, Aloisio Teixeira (2000) faz um esforço de resgate do termo e do seu uso, tanto nos campos da economia como das ciências sociais. Para tanto, o autor utiliza conceitos do marxismo clássico da escola soviética do materialismo histórico e dialético, apresentando a noção da estruturação social da produção, ou então todo um conjunto de diretrizes que regem a maneira pela qual uma estrutura econômica, num determinado período, se comporta, como o foi à época dos descobrimentos americanos:

Podemos voltar atrás no tempo e procurar as fontes de inspiração tanto dos cientistas da Academia da extinta União Soviética quanto de Robbins. Para os primeiros, nada melhor que o próprio Lênin, que dizia que “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1899, p. 29). Ou Engels, que, em seu *Anti-Dubring*, nos diz que “a economia política [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos

meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1878, p. 183). (TEIXEIRA, 2000, p.88).

Assim, todo o ideário mítico e imaginário dos descobrimentos, e do edenismo embebido como discurso fundamental, possui relação direta com a totalidade política e econômica do período. O enfrentamento do desconhecido para a efetivação dos interesses da mais valia, do encontro das riquezas possíveis e passíveis de serem alcançadas é, talvez, o mais claro sinal da força do simbolismo e *economia política* dos descobrimentos, nos termos colocados por Teixeira (2000), por meio das correntes clássicas do marxismo.

No entanto, é no limiar da relação entre a ideologia e a teoria (ou ciência, como trabalham alguns autores) que o debate sobre o edenismo em seu papel ideológico e arcabouço político e econômico exige análise mais complexa. Isso ocorre devido à confusão entre os conceitos, que acaba por gerar a inversão do papel dos mesmos, pelos próprios responsáveis pela produção do conhecimento, quando estes, independente da área à qual estejam vinculados, mesclam os interesses de sua classe, grupo social, temporalidade ou espacialidade. Nesse sentido, vejamos o que alguns autores dizem a respeito dessa complexa aproximação entre a ideologia e o conhecimento científico, a começar por Terry Eagleton (1997):

Em nossa própria época, a ideologia muitas vezes serviu nitidamente de contrapeso à ciência; assim, é irônico lembrar que a ideologia nasceu precisamente como uma ciência, como uma investigação racional das leis que governam a formação e o desenvolvimento das ideias. Tem raízes profundas no sonho iluminista de um mundo totalmente transparente à razão, livre do preconceito, da superstição e do obscurantismo do Ancien Régime. Ser um “ideólogo” — um analista clínico da natureza da consciência — significava ser um crítico da “ideologia”, no sentido aqui dos sistemas de crença dogmáticos e irracionais da sociedade tradicional. No entanto, essa crítica da ideologia era na verdade, ela própria, uma ideologia, e em dois sentidos diferentes. (EAGLETON, 1997, p. 66).

Não só em nossa época, mas também durante todo o processo de desenvolvimento histórico e geográfico da humanidade, as formações ideológicas estiveram presentes em suas teorizações, ora como complemento de difusão, ora como instrumento de comprovação destas teorias, mesmo antes do movimento de cientificação do conhecimento na modernidade. É o discurso persuasivo a maior força da ideologia, e, em aliança com a ciência, acarreta manifestações normalmente voltadas para o pedantismo e arrogância por parte de determinadas posturas científicas:

Um aspecto inusitado do *ideologismo*, e ao mesmo tempo paradoxal, é que somente nas ciências naturais o discurso não é ideológico, enquanto nas ciências humanas tudo é ideologia — com exceção de Marx. O *ideologismo* manifesta-se como discurso difuso que apregoa rotulações sumárias sem qualquer interesse no aprofundamento do debate teórico. (GODOY, 2011, p. 69).

Seguindo a ressalva feita por Godoy (2011), Bosi (1995) acrescenta uma importante distinção entre ideologia e teoria. Sobre esta última, o autor diz que: “O princípio que norteia a atividade teórica é a objetividade: trata-se de uma relação em que o sujeito está inteiramente voltado para o objeto a ser compreendido.” (BOSI, 1995. 282). Já no que tange à ideologia, o autor reforça a sua essência persuasiva: “O que exige uma constante reavaliação das hipóteses

iniciais. A ideologia tem por móvel, não o conhecimento, mas a vontade de persuadir. É uma relação entre o sujeito que a defende e o outro que deveria aceitá-la como verdadeira.” (BOSI, 1995. 282). O autor completa, ainda:

A teoria quer ver para compreender mais e melhor. A ideologia pré-figura e pré-semantiza os seus objetos, afetando-os prematuramente de significado e valor, de tal sorte que já terá caracterizado o que parece estar caracterizando. Essa pré-definição é afim ao pré-conceito, e tem por alvo ordenar o descontínuo social e/ou provar que os seus desequilíbrios são naturais ou lógicos. (BOSI, 1995. 282).

Nos dizeres de Bosi (1995) surge um importante elemento para enriquecer o leque de reflexão no duo teoria/ideologia, que é uma amenização daquele tom apresentado anteriormente, procurando abarcar a ideologia em seu papel de importância no processo de produção do conhecimento.

O cenário apresentado por Bosi pode ser explicado pelo fato de se deixar de antemão claro, no momento da análise, que haverá uma interferência inevitável das formações ideológicas na ciência, ou teorias, nos termos do autor. Se há o aumento do interesse do poder na produção do saber, a presença de uma ou outra inclinação ideológica é apenas uma questão de intensidade de influência, e se este discurso ideológico poderá ser analisado, em expressando-se através de seus locutores nas diferentes áreas do conhecimento.

O mesmo cuidado que se deve ter com o uso de falseamento ou distorção da realidade pela ideologia, também é necessário para o contrário, ou seja, quando a ideologia se encontra em real sintonia com a teoria que a fundamenta ou influencia. O filósofo esloveno Slavoj Žižek, em seu texto *O espectro da ideologia*, coloca esta questão: não devemos acreditar nos equívocos teóricos sobre a realidade, especificamente para uma ou outra intencionalidade ideológica numa absolutização do seu poderio de alcance apenas como falseamento fenomênico, pois, mesmo que colocada a prova ou superada por uma forma de pensamento com maior substrato de constatação prática e teórica, o cenário mais frequente é o de superação epistemológica ou paradigmática de uma teoria – e concomitantemente de uma ideologia – por outra, num processo contínuo e dialético.

E, como é inevitável que um arcabouço teórico esteja vinculado às ideias e aos ideólogos do seu tempo (na relação *texto/contexto* já ressaltada), a própria ideologia que o permeia há de ser tomada como estandarte de ataque por seus contraditores, como exercício de falseamento da realidade, ao menos no período em que esta teoria e ou ideologia teve caráter homogêneo em um determinado recorte espaço-temporal:

Assim, uma ideologia não é necessariamente “falsa”: quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser “verdadeira”, muito precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se relaciona com a postura subjetiva envolvida em seu próprio processo de enunciação. Estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – “verdadeiro” ou “falso” (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) - e funcional com respeito a alguma relação de dominação social (“poder”, “exploração”) de maneira intrinsecamente não transparente: para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta. Em outras palavras, o ponto de partida da crítica da ideologia tem que ser o pleno reconhecimento do fato de que é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade. (ŽIŽEK, 1996, p. 13-14).

A gama de variantes dessa discussão é imensurável, mas as contribuições trazidas pelos autores mencionados até o momento contribuí para a construção de noção de ideologia que poderá ser melhor explorada no decorrer deste trabalho. A colocação anterior de Zizek (1996) é fundamental para o prosseguimento da problemática da ideologia apresentada até aqui, já que, a partir dela, fica clara a necessidade de expandir a compreensão do conceito de ideologia num horizonte que ultrapasse suas amarras mais radicais, voltadas não raro para um unilateralismo discursivo do seu significado, quando relacionado à luta de classes. Nas palavras do autor,

A lição teórica a ser extraída disso é que o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática “representativista”: a ideologia nada tem a ver com a “ilusão”, com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social. Dito em termos sucintos, um ponto de vista político pode ser perfeitamente correto (“verdadeiro”) quanto a seu conteúdo objetivo, mas completamente ideológico; e, inversamente, a ideia que uma visão política fornece de seu conteúdo social pode revelar-se totalmente equivocada, mas não ter absolutamente nada de “ideológica”. (ZIZEK, 1996, p. 12-13).

Assim, não por acaso a ideologia, quando entendida também como possibilidade de explicação da realidade, normalmente associada fortemente a raízes teóricas do seu tempo, deve ser tomada como ponto de partida da maior parte dos atores e vetores que, juntos, estruturam a força de sua dominação, como, por exemplo: as instituições e organizações responsáveis pelas decisões nas relações de poder; os sistemas de produção e difusão da informação e conhecimento; os meios de comunicação e seu alcance massivo na sociedade; as estruturas educacionais, por meio das quais muitas ideologias conseguem se firmar ao atingirem uma maturação de dominação mais ampla em determinado contexto, etc.

Com base nestas primeiras colocações, não surpreende que o desenvolvimento histórico do termo ideologia tenha caminhado na direção de uma infinidade de ideias voltadas para a explicação do mundo.

Neste sentido, refletir sobre a ideologia como exercício da linguagem, ou forma de se pensar de uma época (logos, para além do seu significado racional filosófico) dá origem a uma gama imensurável de variações desta prática no tempo e espaço. Em outras palavras, há, assim como dantes e no porvir, inúmeros posicionamentos de explanação da realidade, que irão se sobrepor a outros, por meio de persuasão, armas ou propagação de informação; ao adicionarmos os subtextos a esta dinâmica é que surgem, por exemplo, correntes de pensamento que focam sua análise em uma outra forma ideológica de ver, interpretar e agir sobre o mundo e a sociedade, como é o caso do marxismo em relação à lógica da mais valia da economia política capitalista, ou então a dissecação existencial proposta pelos existencialistas em sua nadificação do propósito da vida (ZIZEK, 1996).

A ideologia pelo viés espacial

Finalmente, após esta necessária discussão sobre a ideologia e sua complexidade, é possível partir, neste momento, para a chamada titular com o acréscimo do fundamento espacial na composição ideológica. E qual a principal mudança ocorrida com esta alteração na expressão? A resposta pode ser alcançada na inevitabilidade de considerar o espaço como uma noção que extrapola os preceitos teóricos que o compõem, atingindo todas as esferas da existência humana, e, por consequência, suas visões de mundo, ideologias das mais diversas, relações de poder e expressões culturais que ocorrem nele e podem se originar a partir dele.

A expressão ideologia espacial difere-se do que foi exposto até aqui pelo fato de nela estar implícita a ligação entre discurso e práticas ideológicas, como já explanado anteriormente, e a espacialidade, o *extensio* da existência humana, pois o espaço é um fundamento inexorável da composição da realidade objetiva: “O nosso existir, e a consciência desse existir enquanto homens, dá-se na medida em que designamos, conceituamos a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o meio.” (MARTNS, 2007, p. 39). É importante mencionar esta característica do espaço geográfico porque há uma miríade imensurável de alterações, aplicações, abrangência e vigor das ideologias, e, a ideia de uma ideologia espacial, ou de suas variantes, como será demonstrada pelas ideologias geográficas, faz parte e enriquece estas considerações a respeito não só da ideologia espacial, mas do conceito de ideologia como um todo.

O espaço geográfico, deste modo, não está alheio a todas as reflexões levantadas até este momento. Enquanto categoria epistemológica primária do conhecimento e da historiografia geográfica, é evidente que o espaço está sujeito a posicionamentos ideológicos dos mais diversos tipos, pois ele mesmo está condicionado a ser multiplicado em compreensões e representações, de acordo com a realidade social que nele habita, transforma e valora. O espaço, portanto, “[...] categoriza uma determinação da realidade social – a espacialidade –, que se constrói um olhar geográfico” (CAVALCANTI, 2002, p. 128).

A partir desta potência epistêmica, característica do espaço geográfico, é que surgem ideologias sobre a espacialidade, que é já a modulação de existência humana no meio, no estabelecimento do constructo simbólico, econômico, político e ideológico. Para aprofundar ainda mais esta complexidade do espaço geográfico, em sua relação com discursos ideológicos, vejamos a contribuição de Callai (1995) sobre este tema:

A grande questão é conseguir dar unidade ao estudo que é feito, buscando compreender-se a ação do homem no processo de construção do espaço. E este não pode ser o espaço abstrato nem amplo, mas deve ser o espaço concreto da vida do homem. O espaço geográfico é um espaço que não é dado naturalmente como um palco onde acontecem os fenômenos. É um espaço que contém características e a ação do homem. Quer dizer, o espaço supõe todos os dados naturais (ao natural ou transformados), os dados humanos, sociais (as relações que acontecem entre os homens, expressas, muitas vezes, de formas diferenciadas) e o resultado destas relações, o produto, materializado no espaço. É um espaço prenhe de relações, carregado de história, que tem uma circunscrição de limites. Ao ser expresso por uma paisagem, é a visualização concreta das relações sociais e da sociedade com a natureza, o qual denominamos espaço geográfico. (CALLAI, 1995, p. 38).

Estas relações e sua carga histórica é que conferem ao espaço geográfico uma relação íntima e inevitável com alinhamentos ideológicos diversos, pois estes se configuram como a inserção das relações de poder enquanto modulação dos interesses sobre algo específico, concreto ou abstrato. A Geografia, como qualquer outra ciência, se isenta das influências ideológicas que acabam afetando seu escopo teórico e metodológico, em seus processos de desenvolvimento:

O discurso ideológico é predominantemente partidário e significa sempre um posicionamento político em favor de uma visão de mundo, corrente filosófica, interesses de classe... Como a Geografia científica surge para atender propósitos políticos claros, explicitamente definidos, como a unificação alemã (também o imperialismo), é óbvio que os contrapontos

políticos (nacionalizados ou não) também impõem as suas ideologias à prática acadêmico-científica. O caráter justificador da ideologia busca a convicção, a adesão, a defesa do problema com sua arma: envolvimento com a ciência. Assim: é mais convincente se souber se vender como ciência objetiva. Foram o que realizaram Ratzel, La Blache, neo-positivistas, marxistas, humanistas, etc. A justificação do posicionamento de um método, que tem necessariamente alicerces ideológicos como o materialismo histórico ou a fenomenologia, por exemplo, acaba por reproduzir os sistemas de pensamento teórico nas práticas analíticas dos métodos. Muitas vezes se toma o método como única forma possível de se enxergar a realidade. Eis o perigo dessa forma “ideologizada” de pensar. Outro aspecto da ideologia que preocupa a atividade de pesquisa e o ambiente acadêmico é o uso da ideologia enquanto personalidade. Ao tentar justificar sua própria condição, o cientista corre o risco de ser um ideólogo extremamente individualista. (FAJARDO, 2008, p. 1).

E a espacialidade recebe, dentro do próprio escopo teórico e metodológico da Geografia, uma considerável gama de desenvolvimentos terminológicos aplicados às mais diferentes situações fenomênicas ou fáticas nas quais o pensamento e prática geográfica se debruçam em seus estudos. Muitas vezes, estas concepções emulam até mesmo a categorização do espaço, seja por meio de seu preceito conceitual, de princípio lógico ou de aporte técnico específico, como, por exemplo: lugar, território, região, paisagem, área, local, circulação, relação homem-natureza, técnica, etc. (MOREIRA, 2008).

A defesa que se coloca como referência primária é que há uma ideologia espacial – já fazendo uso do debate a respeito da ideologia no início desta etapa do trabalho – calcada em um aporte espacialista, que é o edenismo territorial, moldado e modulado historicamente e geograficamente nas Américas (e no Brasil em especial) a partir do período neoclássico, e propagado até os dias atuais com a mesma força e intensidade de atuação ideológica, e também teórica, apesar das admoestações, revogações ou acrescências à sua origem seiscentista.

O edenismo, entendido aqui como imaginário canônico de referência simbólica, possui inevitavelmente sua sustentação no espaço geográfico, e, mais especificamente, no discurso territorialista do Estado nacional brasileiro. Conforme visto anteriormente, a ideologia entendida como forma de elaboração de uma forma de pensamento utilizada enquanto recurso referencial para a cultura, política, economia e relações de poder na sociedade aumenta de forma expressiva a sua potência de difusão quando aliada a um embasamento teórico que a justifique.

Fazendo-se uso de uma expressão de Moreira (1978), é possível considerar o edenismo americano como uma forma de *arranjo espacial ideológico*, já que essa ideologia espacial se utiliza de todos os recursos potenciais ou reais presentes no espaço geográfico como fonte de fundamentação e fortalecimento discursivo:

Objeto secular de uso ideológico, por meio do qual a maioria das pessoas formam sua “visão do mundo”, se não sua “visão global”, o espaço geográfico tem seu arranjo fortemente confundido com a instância ideológica. Como exemplo, o arranjo espacial ideológico contém as instituições pelas quais os valores circulam e são assimilados, como a família, a escola, os centros culturais, a Igreja, os asilos, os cárceres. É no interior desses “espaços sociais” que os valores se tornam concretos. Espaços específicos, cada qual é uma síntese do todo, prescrevendo, segundo a ideologia dominante, as noções de mundo e hierarquia. Tais noções seguem uma escala de espaço que vai do “espaço social” específico ao mais

geral, como: o espaço familiar, seguido do espaço estado-nação e encimado pelo espaço cósmico; ou, em outro caso paralelo: o espaço empresarial, o espaço estatal e o espaço mundial. Curiosamente, o primeiro exemplo é apresentado na disciplina escolar chamada moral e civismo nas pessoas, sucessivamente, do pai, do presidente e de Deus. É interessante a maneira como o arranjo espacial ideológico se organiza em função da noção de pátria, que numa hierarquia igualmente escalar vai do bairrismo ao nacionalismo. Mas a fusão do espaço com a ideologia é mais dinâmica sob os interesses mais rapinantes do capital. (MOREIRA, 1978, p. 20).

Este é, por sinal, o principal argumento do espacialismo ideológico do paraíso terreal em relação ao território brasileiro, já que a ideologia edênica comporta todos os elementos necessários para a orientação dos interesses envolvidos em sua internacionalidade, que, no contexto colonial, imperial e republicano atual dirigem-se ao fator econômico de exploração das riquezas vindas da terra: “Nessa chave, o Brasil teria sido produzido por uma lógica territorialista, e nossas auto-interpretações subsumiriam a história à geografia, como se o espaço suprisse a ausência de uma tradição cultural consensual.” (MAIA, 2008, p. 46). E como diz Maia (2008), para além do cultural existe a questão econômica, que é o que moveu e ainda move o extrato de defesa do edenismo como ideologia espacial de referência simbólica para o território brasileiro.

A união então estabelecida entre a ideologia espacial do edenismo territorial com o movimento de construção de um ecrã heráldico e simbólico para o Estado nacional edificou em profundos alicerces este referenciamento ideológico na sociedade como um todo e no pensamento geográfico em particular. Neste caso, o ideário do Paraíso Terreal, ao ser imbricado na espacialidade do território brasileiro, erige-se como uma potente manifestação ideológica (espacialista) e simbólica perenizada ao longo de nossa história: “As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre.” E ainda completa o autor que este é: “Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções.” (MORAES, 1991, p.22).

O imaginário edênico comporta-se como um destes projetos, permeados de interesses, discursos utópicos, relações de poder, etc. conforme visto nos dois primeiros tópicos desta etapa do trabalho. Assim como havia uma precedência na ideia de paraíso terreal antes da chegada dos europeus nas Américas, assim há uma permanência de tal *visão do paraíso* até os dias atuais, ainda envolta nesses interesses, conflitos, ações e discursos, caracterizando-se como a mais antiga e robusta ideologia espacial presente a respeito do Brasil, em particular, e das Américas (principalmente a porção latina) como um todo.

O edenismo, entendido como uma ideologia espacial, e o imaginário que o contorna, comporta, sustenta e relaciona-se com a espacialidade, e abarca, conjuntamente, interesses políticos, econômicos e culturais que se aproximam da força deste discurso ideológico. No que concerne ao pensamento geográfico, surgiram diferentes correntes de pensamento, em sua maioria com extensões no Brasil, que, de uma maneira mais direta dialogaram com a ideologia espacial do edenismo.

Considerações Finais

Por fim, a partir das referências expostas até aqui é possível elaborar uma síntese: toda ideologia geográfica é uma ideologia espacial, pois esta, em sendo a premissa categorial do

conhecimento geográfico, está obrigatoriamente relacionada a toda e qualquer elucidação epistêmica da Geografia; nem toda ideologia espacial, porém, é geográfica, no sentido em que outras ciências, como a Biologia, Física e História possuem vertentes ideológicas de algumas de suas teorias que tocam ou fundamentam-se no espaço para sustentarem-se.

No tocante a estas ideologias geográficas, elas encontram forças em bases de fundamentação teórica construídas em décadas de desenvolvimento por diferentes autores, que, mesmo não sendo apresentados como representantes ideológicos das mesmas, estão inseridos numa esfera sociológica da ciência que os torna inseparáveis de uma visão crítica sobre estas teorias e ideologias a respeito do espaço geográfico, no interior das fronteiras de determinadas correntes da Geografia.

Referências Bibliográficas

ANTONIO FILHO, Fadel David. *As 'visões de mundo': formas de pensar a realidade*. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UNESP, Rio Claro/SP, 1999.

ARANHA, Maria Lúcia. *Temas de Filosofia*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

_____; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. In: *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, v. 9, p. 275-293, 1995.

CALLAI, Helena Copetti. *Geografia: um certo espaço, uma certa aprendizagem*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e educação no cenário do pensamento complexo e interdisciplinar. In: *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 22, n.2, jul./dez., p. 123-136, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15389>. Acesso 20.10.11.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma introdução*. Trad. Silvana Vieira; Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP/Boitempo, 1997.

FAJARDO, Sérgio. Ideologia, método e espaço geográfico: pontos para discussão. In: IV Semana de Geografia de Irati, 2008, Irati – PR. *Anais VI Semana De Geografia "O Ontem, O Hoje e o Amanhã: Algumas Reflexões Sobre O Espaço Geográfico*. Guarapuava: Unicentro, 2008. v. 1. p. 15-20.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. Paradigmas e Geografia. In: *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 67-80, 2011.

JAPIASSU, Hilton. As Máscaras da Ciência. In: *Ci. Inf.*, Rio de Janeiro, 6(1): 13-15, 1977, Disponível em:

<http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_28fed6bf2e_0009750.pdf>
10.10.2014.

Acesso

LACOSTE, Yves. *A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra*. 13 ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2008.

MAIA, José Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

MARTINS, Elvio. Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 21, pp. 33 - 51, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. In: *Estudos Históricos*. N° 8, 1991.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais. In: *Geografia: Teoria e Crítica*. MOREIRA, Ruy [Org.] O Saber Posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Tradução e apresentação Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a economia política: a crítica como conceito. In: *Econômica*, n° 4 dez 2000. p. 85-109.

ZIZEK, Slavoj. Introdução – O Espectro da Ideologia. In: ZIZEK, Slavoj [Org.] *Um Mapa Ideologia*. Trad. Vera Ribeiro Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (p. 7–39).

Artigo recebido em 11-03-2018
Artigo aceito para publicação em 06-01-2019